

Agencia Estado – 24/06/2008

Acende Brasil cobra transparência no uso de térmicas

http://www.estadao.com.br/economia/not_econo195144,0.htm

LEONARDO GOY - Agencia Estado

BRASÍLIA - O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, cobrou do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) transparência nas decisões de acionamento de usinas termoeletricas. Estudo divulgado hoje pelo instituto, que representa os investidores privados do setor elétrico, mostra que o risco de racionamento de energia para os próximos anos caiu, mas que o uso das térmicas para poupar água nos reservatórios das hidrelétricas teve um custo adicional de R\$ 1 bilhão para o País.

"O custo de faltar energia é alto, mas isso não quer dizer que qualquer decisão pode ser tomada. Corremos o risco de ver politizada uma decisão que é técnica", queixou-se Claudio Sales.

Na avaliação dele, o governo acabou "passando por cima" do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) quando o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decidiu, no ano passado, que o CMSE poderia, em casos excepcionais, decidir pelo acionamento de usinas térmicas fora da chamada "ordem de mérito" (um cronograma que estabelece que as usinas mais baratas devem entrar em funcionamento antes). O CMSE é formado por diversos órgãos oficiais do setor elétrico, como o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o ONS.

No início do ano, quando havia o temor de um novo racionamento de energia no País, o CMSE decidiu autorizar o acionamento de todas as térmicas disponíveis, movidas a óleo, carvão ou gás. O princípio que pautou o comitê foi o de garantir a segurança do sistema, independentemente do custo de cada usina.

Sales afirma que não há transparência nas decisões do CMSE. "Onde está o estudo que prove a relação custo/benefício do acionamento dessas térmicas por tanto tempo?", questionou. Lembrou que as usinas termoeletricas ficaram ligadas até este mês, apesar de, pelos critérios da ordem de mérito, o funcionamento dessas usinas não ser mais justificável. O Instituto Acende Brasil defende a necessidade de divulgação das atas das reuniões do CMSE, em um modelo semelhante ao das atas do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, que toma decisões sobre a taxa básica (Selic) de juros.